

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. As demonstrações financeiras na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2018, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

O ano de 2019 foi marcado pela migração de clientes para o mercado livre, fato este que contribuiu positivamente para o resultado da Companhia e para o aumento de sua carteira de clientes.

Com atuação em todo o território brasileiro, as vendas de energia, que compreendem o suprimento a clientes livres e contratos bilaterais, atingiram 19.097 GWh.

Com base em seu histórico de sucesso e no compromisso com a satisfação plena das exigências de seus clientes, a expectativa é de que a Companhia mantenha-se em posição de destaque no mercado de comercialização de energia.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

Após três anos de forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular em 2017, 2018 e 2019.

Alguns choques se abateram sobre a economia brasileira em 2019. Cabe citar a tragédia de Brumadinho, que levou a forte queda da extração de minério de ferro; a continuidade da recessão argentina, que prejudicou as exportações brasileiras, especialmente de manufaturados; e a própria desaceleração da economia e do comércio mundiais. Em essência, foram os mesmos fatores que impuseram uma retração à produção da indústria em 2019, a despeito do crescimento da demanda doméstica.

Com o ritmo muito moderado da economia, a ociosidade dos fatores de produção permaneceu bastante elevada, o que se refletiu em níveis muito baixos da inflação (especialmente das suas medidas de núcleo). Este contexto, somado à consolidação da perspectiva de aprovação da reforma da Previdência, acabou por levar o Banco Central a voltar a flexibilizar a política monetária, levando os juros a novos patamares mínimos históricos (tanto em termos reais como nominais), ao longo do segundo semestre.

A aprovação da reforma da previdência, que evitará forte escalada dos gastos previdenciários a longo prazo, consolidou a visão de que estaria em curso uma queda estrutural das taxas de juros, de forma que a curva de juros, como um todo, sofreu uma forte correção, com recuo das taxas longas.

O impulso monetário, consoante à injeção pontual de recursos na economia (FGTS, PIS-PASEP, 13º do Bolsa Família), começa a tracionar a economia ao final de 2019. Dados melhores são vistos no crédito, comércio, em alguns segmentos de serviços e da indústria. Até mesmo a construção civil, segmento que sofreu as consequências da crise de forma mais profunda e prolongada, emite os primeiros sinais de certa recomposição.

A queda de juros no front doméstico levou também à troca de financiamentos externos (mais caros) por crédito doméstico, isento de risco cambial e mais acessível neste momento de expansão monetária - não apenas via sistema bancário, mas, também, e crescentemente, pelo mercado de capitais. Concomitantemente ao aumento das captações via emissões de ações e títulos, cresceu a demanda por dólares no mercado à vista para quitação das dívidas junto aos credores internacionais, o que levou a alguma pressão sobre a cotação do real. Nada capaz de alterar as projeções de inflação ou as perspectivas para a política monetária.

2019 se encerra, assim, com a economia ganhando tração e efeitos defasados da expansão monetária ainda por serem verificados. A inflação sofre os efeitos da mudança de preços relativos das proteínas, reflexo do repentino encolhimento do rebanho suíno chinês - mas esse elemento não suscita preocupação no horizonte relevante de política monetária. O Copom sinaliza que agirá com cautela, de modo que a taxa Selic deverá recuar pouco ou nada em 2020.

As projeções apresentadas pelo próprio Banco Central vão na direção de manutenção do baixo patamar dos juros por tempo prolongado. Enquanto o diferencial diminuto de juros internos/externos reduz o apetite do investidor em renda fixa, o diferencial de crescimento deve se traduzir em incentivo à entrada de recursos externos no país para investimentos, contendo depreciações adicionais da moeda e podendo até mesmo trazer moderada apreciação. O próprio ambiente internacional tende a contribuir para um ano de maior interesse por países emergentes, e a recente revisão da perspectiva do rating brasileiro pela S&P corrobora essa melhora de expectativa.

A diluição de incertezas observada neste final de ano sugere que 2020 pode ser um ano de menor tensão e volatilidade nos mercados, com reflexos benignos sobre a nossa economia. No entanto, os riscos de recrudescimento de incertezas nos parecem ainda relevantes. No cenário externo, as eleições norte-americanas prometem trazer momentos de tensão, bem como a própria precariedade do acordo recém-saído do forno entre EUA e China. No front doméstico, o risco de recrudescimento de tensões políticas também não é desprezível, lembrando que a agenda econômica pós-Previdência é mais difusa. Por fim, é preciso alertar que há dois "bodes fiscais" que podem trazer incômodo no curto prazo. O primeiro é a situação dos entes subnacionais: são poucos os estados que têm comprometimento menor do que 90% das receitas com despesas correntes (e o episódio recente da cidade do Rio de Janeiro, que suspendeu pagamentos, é exemplo do ambiente delicado em que o chamado pacto federativo será conduzido). O outro é o teto de gastos públicos: se não for flexibilizado, seu cumprimento exigirá esforço fiscal draconiano (sobretudo a partir de 2021), com potencial efeito restritivo sobre a economia.

Assim, as expectativas para o crescimento da economia brasileira continuam apontando para uma recuperação em ritmo maior do que o atual. A mediana das projeções das instituições de mercado antecipa uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2019 para cerca de 2,2% em 2020¹. A demanda externa enfraquecida e as medidas de ajuste fiscal, que pesam sobre o consumo do governo e sobre o investimento público, tendem a limitar a velocidade da recuperação no curto prazo.

¹ Dados da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, referentes à 26/02/2020.

3. Desempenho operacional

Vendas de energia: as vendas de energia para clientes livres e por meio de contratos bilaterais alcançaram 19.097 GWh em 2019, o que representou uma redução de 5,2% (1.037 GWh), devido a diminuição de 12,2% (1.308 GWh) em contratos bilaterais, parcialmente compensado pelo aumento de 2,9% (272 GWh) na venda de energia para clientes finais. Nos últimos anos, a CPFL Brasil vem concentrando esforços na venda de energia para clientes especiais, que adquirem energia de fontes alternativas.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: A receita operacional bruta foi de R\$ 3.953 milhões em 2019, representando um aumento de 0,3% (R\$ 13 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 468 milhões em 2019, representando um aumento de 4,2% (R\$ 19 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 3.486 milhões em 2019, representando uma redução de 0,2% (R\$ 6 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

<i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (R\$ mil)</i>		
	2019	2018
Lucro Líquido	109.090	91.502
Depreciação e Amortização	7.046	2.344
Amortização Mais Valia de Ativos	3.473	3.530
Resultado Financeiro	22.862	13.186
Contribuição Social	5.703	7.156
Imposto de Renda	15.961	20.260
EBITDA	164.135	137.978

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 164 milhões em 2019, representando um aumento de 19,0% (R\$ 26 milhões), devido à redução de 0,3% (R\$ 10 milhões) nos custos com energia elétrica e encargos, e ao aumento de 51,9% (R\$ 24 milhões) na equivalência patrimonial. Este resultado foi parcialmente compensado pela redução de 0,2% (R\$ 6 milhões) na receita líquida e pelo aumento de 2,8% (R\$ 1 milhão) nos custos e despesas operacionais.

Lucro líquido: a CPFL Brasil apurou lucro líquido de R\$ 109 milhões em 2019, representando um aumento de 19,2% (R\$ 18 milhões), refletindo os seguintes aumentos: (i) de 19,0% (R\$ 26 milhões) no EBITDA, e (ii) de R\$ 6 milhões no Imposto de Renda e Contribuição Social. Estes aumentos foram parcialmente compensados pelos aumentos de 73,4% (R\$ 10 milhões) nas despesas financeiras líquidas e de 79,1% (R\$ 5 milhões) nas depreciações e amortizações.

Endividamento: no final de 2019, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Brasil atingiu R\$ 737 milhões, um aumento de 9,8%.

5. Investimentos

Em 2019, foram investidos R\$ 9 milhões, destinados principalmente ao aprimoramento dos sistemas de gestão de portfólio e risco.

6. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Brasil desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visam promover o desenvolvimento sustentável e são incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

Plano de sustentabilidade: definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

Mudança do Clima: atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, nas frentes de Gestão de Emissões de GEE, Gestão de riscos e oportunidades, Inovação, Engajamento e divulgação.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): O Programa de Integridade assegura os mecanismos adequados para promover a cultura ética, alinhada aos princípios do grupo CPFL Energia. O programa possui 4 pilares compostos por procedimentos que evidenciam, inclusive, o apoio da alta administração, diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ferramentas de comunicação como treinamentos e o canal externo de ética, avaliação e monitoramento. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas do Programa de Integridade, tais como: A manutenção do Selo Pró-Ética 2018/2019. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de 26 empresas dentre 373 participantes, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, o treinamento presencial/e-learning do Programa de Integridade para 5.462 colaboradores do grupo CPFL, a implantação da Conversa Mensal de Integridade – CMI em todas unidades do grupo CPFL, Dia da Integridade que contou com a palestra do professor e filósofo Mário Sérgio Cortella. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2019 para tratar de

temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) foi contratada pela CPFL Brasil para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, a KPMG prestou serviços de assecuração de *covenants*, revisão tributária - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF) e serviços de *compliance* tributário.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

A KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Brasil agradece aos seus clientes, fornecedores e parceiros pela confiança depositada na Companhia no ano de 2019. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	133.714	94.306	137.203	94.874
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	350.757	334.804	351.710	334.848
Dividendo e juros sobre o capital próprio	10	392	392	-	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	13.742	5.429	13.937	5.527
Outros tributos a compensar	7	3.730	4.928	3.832	5.257
Derivativos	26	107.916	978	107.916	978
Outros créditos	9	1.545	72.732	2.912	74.127
Total do circulante		611.795	513.569	617.508	515.611
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	305.900	318.249	307.819	321.106
Coligadas, controladas e controladora	24	3.846	2.083	-	-
Depósitos judiciais	18	531	552	531	552
Outros tributos a compensar	7	1.471	1.808	1.485	1.809
Derivativos	26	-	74.032	-	74.032
Créditos fiscais diferidos	8	-	726	775	1.346
Outros créditos	9	33	24	33	24
Investimentos	10	453.544	431.556	449.601	427.992
Imobilizado	11	4.569	3.268	4.569	3.268
Intangível	12	12.657	11.654	12.794	12.563
Total do não circulante		782.550	843.953	777.607	842.692
Total do ativo		1.394.345	1.357.522	1.395.115	1.358.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Fornecedores	13	285.473	284.838	286.187	285.564
Empréstimos e financiamentos	14	511.746	153.070	511.746	153.070
Debêntures	15	113.085	928	113.085	928
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	16	10.848	10.299	10.853	10.303
Dividendo e juros sobre capital próprio	24.2	1.200	113.534	1.200	113.534
Obrigações estimadas com pessoal		2.090	1.819	2.090	1.819
Derivativos	26	-	2.496	-	2.496
Outras contas a pagar	17	20.872	15.311	20.923	15.361
Total do circulante		945.313	582.293	946.083	583.074
Não circulante					
Fornecedores	13	107.491	81.046	107.491	81.046
Empréstimos e financiamentos	14	-	476.353	-	476.353
Debêntures	15	219.784	112.952	219.784	112.952
Débitos fiscais diferidos	8	30.995	22.754	30.995	22.754
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	376	6.720	376	6.720
Outras contas a pagar	17	3.735	2.725	3.735	2.725
Total do não circulante		362.380	702.549	362.380	702.549
Patrimônio líquido	19				
Capital social		3.000	3.000	3.000	3.000
Reserva de capital		-	(16.139)	-	(16.139)
Reserva de lucros		35.681	81.820	35.681	81.820
Dividendo		53.397	-	53.397	-
Resultado abrangente acumulado		(5.426)	3.999	(5.426)	3.999
Total do patrimônio líquido		86.651	72.680	86.651	72.680
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.394.345	1.357.522	1.395.115	1.358.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	20	3.476.986	3.489.010	3.485.784	3.492.161
Custo com serviços					
Custo com energia elétrica	21	(3.335.538)	(3.346.617)	(3.342.502)	(3.352.745)
Custo com operação		(15.478)	(12.740)	(15.483)	(12.745)
Depreciação e amortização		(160)	(144)	(164)	(148)
Outros custos com operação	22	(15.318)	(12.596)	(15.319)	(12.597)
Lucro operacional bruto		125.970	129.653	127.799	126.671
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(838)	(1.042)	(864)	(1.042)
Depreciação e amortização		(37)	(99)	(37)	(99)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.033)	251	(1.059)	251
Outras despesas com vendas		232	(1.194)	232	(1.194)
Despesas gerais e administrativas		(35.813)	(35.757)	(37.261)	(36.432)
Depreciação e amortização		(6.078)	(2.081)	(6.845)	(2.097)
Outras despesas gerais e administrativas	22	(29.735)	(33.676)	(30.416)	(34.335)
Outras despesas operacionais		(1.684)	942	(1.695)	942
Outras despesas operacionais	22	(1.684)	942	(1.695)	942
Resultado do serviço		87.635	93.795	87.979	90.139
Resultado de participações societárias	10	66.016	39.237	65.637	41.965
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	33.206	45.584	33.281	45.929
Despesas financeiras	23	(56.075)	(59.084)	(56.142)	(59.115)
		(22.869)	(13.500)	(22.862)	(13.186)
Lucro antes dos tributos		130.781	119.532	130.754	118.917
Contribuição social	8	(5.701)	(7.320)	(5.703)	(7.156)
Imposto de renda	8	(15.990)	(20.710)	(15.961)	(20.260)
		(21.691)	(28.030)	(21.664)	(27.415)
Lucro líquido do exercício		109.090	91.502	109.090	91.502
Lucro líquido básico e diluído - R\$		36,36	30,50	36,36	30,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações dos resultados abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	109.090	91.502	109.090	91.502
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidas dos efeitos tributários	(8.342)	(1.203)	(8.342)	(1.203)
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(1.083)	(1.670)	(1.083)	(1.670)
Resultado abrangente do exercício	99.665	88.629	99.665	88.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção para investimento	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.000	(4.911)	600	26.430	-	70.841	133	-	96.093
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	91.502	91.502
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	5.069	(6.739)	(1.670)
Efeito da aplicação inicial do IFRS 9 / CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	(2.187)	(2.187)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	(1.203)	-	(1.203)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Constituição de reserva estatutária de reforço de capital de giro	-	-	-	-	59.701	-	-	(59.701)	-
Reversão de reserva de capital por perda em investimento	-	4.911	-	(4.911)	-	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(19.991)	(19.991)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	(70.343)	-	-	(70.343)
Aprovação da proposta de JCP	-	-	-	-	-	(498)	-	(2.884)	(3.382)
Perda em participação sem alteração no controle	-	(16.139)	-	-	-	-	-	-	(16.139)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.000	(16.139)	600	21.519	59.701	-	3.999	-	72.680
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	109.090	109.090
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(1.083)	-	(1.083)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	(8.342)	-	(8.342)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	(30.000)	-	-	-	(30.000)
Reversão de reserva de capital por perda em investimento	-	16.139	-	(16.139)	-	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo intercalares	-	-	-	-	-	-	-	(52.000)	(52.000)
Aprovação da proposta de JCP	-	-	-	-	-	-	-	(3.693)	(3.693)
Dividendos adicional proposto	-	-	-	-	-	53.397	-	(53.397)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.000	-	600	5.380	29.701	53.397	(5.426)	-	86.651

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos tributos	130.781	119.532	130.754	118.917
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	6.275	2.323	7.045	2.344
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.425	2.304	1.425	2.304
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.033	(251)	1.060	(251)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	51.616	52.246	51.770	52.208
Equivalência patrimonial	(66.016)	(39.237)	(65.637)	(41.965)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	70	(942)	70	(942)
	125.184	135.975	126.486	132.613
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(4.636)	(30.233)	(4.634)	(30.001)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	35.625	-	35.625	-
Tributos a compensar	(14)	579	189	322
Depósitos judiciais	46	174	46	174
Outros ativos operacionais	71.108	(3.297)	71.107	(3.248)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	27.080	2.023	27.070	1.205
Outros tributos e contribuições sociais	(5)	335	(50)	289
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(8.083)	(686)	(8.083)	(686)
Outros passivos operacionais	6.842	2.622	6.841	2.634
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	253.147	107.492	254.597	103.302
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(33.196)	(32.911)	(33.196)	(32.911)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.915)	(7.657)	(19.127)	(7.754)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	201.036	66.924	202.274	62.637
Atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado	(1.949)	(457)	(1.949)	(457)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	-	(1.290)	-
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	-	-	1.395	-
Adições de Intangível	(6.628)	(2.349)	(6.629)	(2.469)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(1.739)	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(1.813)	(1.590)	-	-
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	231	768	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(10.159)	(5.367)	(8.473)	(2.926)
Atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e debêntures	324.482	262.848	324.481	262.848
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(264.714)	(450.821)	(264.715)	(450.821)
Liquidação de operações com derivativos	(13.763)	(14.653)	(13.763)	(14.653)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(197.474)	(2.859)	(197.474)	(2.859)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(151.469)	(205.485)	(151.471)	(205.485)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	39.408	(143.928)	42.329	(145.774)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	94.306	238.234	94.874	240.648
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	133.714	94.306	137.203	94.874

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
1 - Receita	3.950.699	3.940.352	3.960.820	3.943.995
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.943.154	3.937.295	3.953.301	3.940.820
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	8.578	2.806	8.578	2.924
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.033)	251	(1.059)	251
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.697.954)	(3.703.626)	(3.706.309)	(3.711.148)
2.1 Custo com energia elétrica	(3.675.525)	(3.687.732)	(3.683.198)	(3.694.484)
2.2 Material	(749)	(314)	(749)	(314)
2.3 Serviços de terceiros	(17.416)	(10.835)	(18.067)	(11.594)
2.4 Outros	(4.264)	(4.745)	(4.294)	(4.755)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	252.745	236.726	254.511	232.847
4 - Retenções	(6.275)	(2.323)	(7.046)	(2.344)
4.1 Depreciação e amortização	(6.275)	(2.323)	(7.046)	(2.344)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	246.470	234.403	247.465	230.503
6 - Valor adicionado recebido em transferência	100.789	86.962	100.499	90.056
6.1 Receitas financeiras	34.773	47.726	34.862	48.092
6.2 Equivalência patrimonial	66.016	39.237	65.637	41.965
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	347.259	321.365	347.963	320.560
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	27.801	28.261	27.801	28.261
8.1.1 Remuneração direta	15.612	15.773	15.612	15.773
8.1.2 Benefícios	10.885	11.021	10.885	11.021
8.1.3 F.G.T.S	1.304	1.467	1.304	1.467
8.2 Impostos, taxas e contribuições	153.721	141.962	154.406	141.140
8.2.1 Federais	37.616	45.175	37.849	44.302
8.2.2 Estaduais	116.090	96.774	116.542	96.826
8.2.3 Municipais	15	12	15	12
8.3 Remuneração de capital de terceiros	56.647	59.641	56.666	59.657
8.3.1 Juros	56.054	59.056	56.062	59.064
8.3.2 Aluguéis	593	584	604	594
8.4 Remuneração de capital próprio	109.090	91.502	109.090	91.502
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	3.693	2.884	3.693	2.884
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	105.397	19.991	105.397	19.991
8.4.3 Lucros retidos	-	68.627	(0)	68.627
	347.259	321.365	347.963	320.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional, bem como a participação no capital social de outras sociedades. A CPFL



Brasil está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). A Sede administrativa da Companhia está localizada à Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino - CEP: 13088-900, na cidade de Campinas, estado de São Paulo.

A CPFL Brasil é uma Companhia controlada direta da CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Controladora”).

A Companhia possui participações nas seguintes empresas:

1.1 Controladas Operacionais

CLION Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda (“CPFL Meridional”)

Controlada integral da Companhia, a Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. (“CPFL Meridional”), localizada na Rua Mario de Boni, 1902 - Bairro Floresta - Caxias do Sul - RS - CEP: 95012-580, é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar e prestar serviços de consultoria na área de energia elétrica. Está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.

CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda (“CPFL Cone Sul”)

Controlada integral da Companhia, a CPFL Comercialização Cone Sul S.A. (“CPFL Cone Sul”), localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino – Campinas – SP, CEP: 13088-900, é uma sociedade por ações de capital fechado, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.

Sul Geradora Participações S.A. (“Sul Geradora”)

Com participação de 99,95% da Companhia, a Sul Geradora Participações S.A. (“Sul Geradora”), localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino – Campinas – SP, CEP: 13088-900, é uma sociedade por ações de capital fechado, com propósito principal de participar no capital de outras sociedades como acionista, quotista ou sob qualquer forma de participação.

CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda (“CPFL Brasil Varejista”)

Controlada integral da Companhia, a CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda (“CPFL Brasil Varejista”), foi constituída em 2 de dezembro de 2014 estando localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, nº 1755 - Km 2,5 - Parque São Quirino – Campinas – SP, CEP: 13088-900, sendo uma sociedade por ações de capital fechado com o propósito de comercializar energia bem como assessoramento estratégico, institucional e financeiro para possíveis compradores e vendedores de energia elétrica. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.

1.2 Coligadas

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE”) (f)

Com participação de 10,989% da Companhia, a RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE SUL”), localizada na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo - RS, sendo uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

Capital Circulante Líquido Negativo

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras individuais e no consolidado o capital circulante líquido negativo no montante de R\$333.519 e R\$ 328.575, respectivamente. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 6 de março de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 26 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento não faturado);
- Nota 8 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 9 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);

- Nota 11 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 18 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

2.7 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 – abertura de linhas

A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das demonstrações financeiras para monitoramento dos resultados pela Administração do Grupo, através de uma melhor análise das contas de custos e despesas, a Companhia passou a efetuar abertura das linhas de depreciação e amortização em duas rubricas nas demonstrações dos resultados.

Para fins de comparabilidade, estas mudanças foram aplicadas retrospectivamente conforme CPC 23/IAS 8, e, portanto, a Companhia está rerepresentando as demonstrações financeiras de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras de 2018 do Grupo:

	Controladora			Consolidado		
	2018			2018		
	Originalmente Publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação	Originalmente Publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
Receita operacional líquida	3.489.010	-	3.489.010	3.492.161	-	3.492.161
Custo com serviço						
Custo com energia elétrica	(3.346.617)	-	(3.346.617)	(3.352.745)	-	(3.352.745)
Custo com operação	(12.740)	-	(12.740)	(12.745)	-	(12.745)
Depreciação e amortização	-	(144)	(144)	-	(148)	(148)
Outros custos com operação	-	(12.596)	(12.596)	-	(12.597)	(12.597)
Lucro operacional bruto	129.652	-	129.653	126.671	-	126.671
Despesas operacionais						
Despesas com vendas	-	(1.042)	(1.042)	-	(1.042)	(1.042)
Depreciação e amortização	-	(99)	(99)	-	(99)	(99)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	251	-	251	251	-	251
Outras despesas com vendas	(1.293)	99	(1.194)	(1.293)	99	(1.194)
Despesas gerais e administrativas	(35.757)	-	(35.757)	(36.432)	-	(36.432)
Depreciação e amortização	-	(2.081)	(2.081)	-	(2.097)	(2.097)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(33.676)	(33.676)	-	(34.335)	(34.335)
Outras despesas operacionais	942	-	942	942	-	942
Amortização de intangível da concessão	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	-	942	942	-	942	942
Resultado do serviço	93.795	-	93.795	90.139	-	90.139
Resultado de participações societárias	39.237	-	39.237	41.965	-	41.965
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	45.584	-	45.584	45.929	-	45.929
Despesas financeiras	(59.084)	-	(59.084)	(59.115)	-	(59.115)
	(13.499)	-	(13.499)	(13.186)	-	(13.186)
Lucro antes dos tributos	119.532	-	119.532	118.917	-	118.917
Contribuição social	(7.320)	-	(7.320)	(7.156)	-	(7.156)
Imposto de renda	(20.710)	-	(20.710)	(20.260)	-	(20.260)
	(28.030)	-	(28.030)	(27.416)	-	(27.415)
Lucro líquido do período	91.502	-	91.502	91.502	-	91.502

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2019 descritas na nota explicativa 3.12.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 26). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém

um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- o eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- o termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- o os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia, a Companhia mantém política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela Companhia relacionados a compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 26.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

3.4 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões e *software*. O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

– Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.8 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.10 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.11 Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação e ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

3.12 Novas normas e interpretações vigentes

As seguintes normas foram emitidas e/ou revisadas pelo IASB e CPC, as quais entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2019:

a) IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17 / CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação. A IFRS 16 / CPC 06 (R2) é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, eliminando a antiga classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil).

A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Os contratos em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa, a companhia avaliou a norma e concluiu que não houve impacto material na adoção da mesma.

Para os demais contratos nos quais a Companhia e/ou suas controladas atuam como arrendatárias, como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, os valores resultantes do ativo de direito de uso, bem como do passivo de arrendamento foram considerados imateriais e não foram registrados.

b) IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela companhia.

A IFRIC 23 / ICPC 22 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação e constatou que não houve impactos pela adoção da mesma (nota 16).

3.13 Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente - revisão de Pronunciamentos técnicos nº 14 do CPC.

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

Definição de Negócios (Alterações no CPC 15 (R1) / IFRS 3): essa alteração esclarece a definição de 'negócio', visando facilitar a decisão das empresas sobre como classificar a aquisição de um conjunto de atividades e de ativos entre uma combinação de negócios efetiva ou simplesmente uma aquisição de grupos de ativos.

Iniciativa de Divulgação – Definição de Material (Alterações no IAS 1 / CPC 26 (R1) e IAS 8 / CPC 23): essa alteração esclarece a definição de 'material', visando ajudar as empresas a fazer um melhor julgamento para definir se a informação sobre determinado item, transação ou outro evento deve ser divulgada nas demonstrações financeiras sem alterar substancialmente os requisitos existentes.

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Imobilizado e intangível

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 26) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldos bancários	1.325	910	2.479	1.444
Aplicações financeiras	132.390	93.396	134.724	93.430
Títulos de Créditos Privados (a)	132.390	93.396	134.724	93.430
Total	133.714	94.306	137.203	94.874

- a) Corresponde a operações de curto prazo em CDBs e Operações Compromissadas com lastro de terceiros (Debêntures), todas as operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente média de 100,1% do CDI para CDB e 80% para Operações Compromissadas.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é como segue:

	Controladora					Consolidado				
	Saldos vencidos	Vencidos		Total		Saldos vencidos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2019	31/12/2018		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2019	31/12/2018
Circulante										
Faturado	180.273	3.007	2.944	186.224	170.776	181.888	3.007	2.944	187.839	172.108
Não faturado	-	-	-	-	-	(3)	-	-	(3)	(3)
Operações realizadas na CCEE	15.149	(0)	-	15.149	9.681	13.531	(0)	1.942	15.473	9.992
Concessionárias e permissionárias	153.815	83	8.783	161.776	165.708	149.839	83	10.904	160.826	164.120
	349.237	3.090	11.727	363.149	346.165	345.255	3.090	15.790	364.135	346.217
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(12.393)	(11.360)				(12.427)	(11.368)
Total				350.757	334.804				351.710	334.848
Não circulante										
Operações realizadas na CCEE	(0)	305.900	-	305.900	318.249	1.919	305.900	-	307.819	321.106
	(0)	305.900	-	305.900	318.249	1.919	305.900	-	307.819	321.106
Total				305.900	318.249				307.819	321.106

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE; e (iii) saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais (liminares) de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Concessionárias e permissionárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrita na nota explicativa 26.5.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado
	Consumidores, concessionárias e permissionárias
Saldo em 31/12/2017	(11.619)
Provisão revertida (constituída) líquida	251
Saldo em 31/12/2018	(11.368)
Provisão revertida (constituída) líquida	(1.059)
Saldo em 31/12/2019	(12.427)

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Antecipações de contribuição social - CSLL	1.633	1.391	1.655	1.399
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	4.551	3.607	4.615	3.625
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.557	431	7.667	504
Imposto de renda e contribuição social a compensar	13.742	5.429	13.937	5.527
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.205	3.287	2.208	3.317
Programa de integração social - PIS	281	292	300	346
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.242	1.348	1.323	1.594
Outros	1	1	1	1
Outros tributos a compensar	3.730	4.928	3.832	5.257
Total circulante	17.472	10.358	17.769	10.785
Não circulante				
ICMS a compensar	1.471	1.808	1.485	1.809
Total não circulante	1.471	1.808	1.485	1.809

(8) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

8.1 Composição dos créditos e débitos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Crédito (Débito) de contribuição social				
Bases negativas	-	-	202	162
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(8.221)	(5.848)	(8.218)	(5.844)
Subtotal	(8.221)	(5.848)	(8.017)	(5.682)
Crédito (Débito) de imposto de renda				
Prejuízos fiscais	-	-	563	444
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(22.774)	(16.180)	(22.767)	(16.171)
Subtotal	(22.774)	(16.180)	(22.204)	(15.726)
Total	(30.995)	(22.028)	(30.220)	(21.408)
Total crédito fiscal	-	726	775	1.346
Total débito fiscal	(30.995)	(22.754)	(30.995)	(22.754)

8.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	34	95	749	2.079
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.118	3.105	1.023	2.840
Provisão relacionada a pessoal	520	1.444	390	1.085
Derivativos	(10.108)	(28.079)	(8.258)	(22.938)
Instrumentos financeiros	-	-	(37)	(104)
Marcação a Mercado- Derivativos	396	1.101	-	-
Marcação a Mercado- Dívidas	(290)	(804)	-	-
Outros	305	909	289	867
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Marcação a Mercado- Derivativos OCI	(1)	(2)	-	-
Marcação a Mercado- Dívidas OCI	(193)	(536)	-	-
Total	(8.218)	(22.767)	(5.844)	(16.171)

8.3 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções são aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação	Consolidado
2020	2.443
2021	2.992
2022	1.361
2023	826
2024	820
2025 a 2027	1.312
2028 a 2030	38
Total	9.792

8.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2019 e 2018:

	Controladora			
	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	130.781	130.781	119.532	119.532
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(66.016)	(66.016)	(39.237)	(39.237)
Juros sobre o capital próprio	(3.693)	(3.693)	(2.884)	(2.884)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	2.275	2.888	3.923	5.428
Base de cálculo	63.347	63.960	81.334	82.839
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(5.701)	(15.990)	(7.320)	(20.710)
Corrente	(3.188)	(9.010)	(581)	(1.991)
Diferido	(2.513)	(6.980)	(6.739)	(18.719)

	Consolidado			
	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	130.754	130.754	118.917	118.917
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(65.637)	(65.637)	(41.965)	(41.965)
Juros sobre o capital próprio	(3.693)	(3.693)	(2.884)	(2.884)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	2.275	2.792	3.923	5.428
Base de cálculo	63.699	64.216	77.991	79.496
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(5.733)	(16.054)	(7.019)	(19.874)
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	30	93	(136)	(386)
Total	(5.703)	(15.961)	(7.156)	(20.260)
Corrente	(3.229)	(9.097)	(581)	(1.991)
Diferido	(2.474)	(6.864)	(6.573)	(18.269)

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 9.338 referem-se a diferenças temporárias.

8.5 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as controladas da Companhia possuíam débitos de imposto de renda e contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 123 (créditos de R\$ 522 em 31 de dezembro de 2018). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

(9) OUTROS CRÉDITOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos - Fundação CESP	382	49	24	24	382	49	24	24
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	-	1.363	1.390	-	-
Despesas antecipadas	165	158	9	0	165	158	9	0
Adiantamentos a funcionários	172	236	-	-	172	236	-	-
Indenizações (*)	-	71.593	-	-	-	71.593	-	-
Outros	826	697	-	-	830	700	-	-
Total	1.545	72.732	33	24	2.912	74.127	33	24

Indenizações – Referia-se aos montantes a receber relativo a indenizações contratuais com a CPFL Renováveis, pela não entrega de compra de energia elétrica no ano de 2016. Essa indenização foi recebida pela Companhia no exercício de 2019, no montante de R\$ 74.579.

(10) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada	434.714	407.515	430.832	405.750
Mais valia de ativos, líquidos	18.769	22.242	18.769	22.242
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.739	-	-
Ágio de rentabilidade futura	61	61	-	-
Total	453.544	431.556	449.601	427.992

10.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital-%	31/12/2019				31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
			Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
CPFL Meridional (*)	600.000	100,000	370	370	281	(88)	281	131	(88)	(90)
CPFL Cone Sul	573.016	100,000	268	268	169	(98)	169	75	(98)	(125)
Sul Geradora	17.218.070	99,953	1.000	1.000	(154)	(110)	(154)	(44)	(110)	(85)
CPFL Varejista	4.010.000	100,000	5.317	5.317	3.586	676	3.586	1.603	676	(2.428)
RGE SUL	123.676	10,989	9.827.825	2.809.820	3.920.577	624.380	430.832	405.750	69.110	45.494
Subtotal							434.714	407.515	69.490	42.766
Mais valia de ativos, líquidos							-	-	(3.473)	(3.530)
Soma (Consolidado)							434.714	407.515	66.016	39.237

(*) Quantidade refere-se a quotas

Em 04 de dezembro de 2018 por meio da Resolução Autorizativa nº 7.499/2018, a ANEEL autorizou o agrupamento das distribuidoras de energia elétrica RGE e RGE Sul, nos termos da Resolução Normativa nº 716/2016 de 03 de maio de 2016. A partir de 1 de janeiro de 2019 as operações destas controladas passaram a ser realizadas somente pela RGE Sul, que passou a ter como nome fantasia “RGE”. Esta operação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 31 de dezembro de 2018.

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios são classificados, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Companhia, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 3.473 (R\$ 3.530 em 2018) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

A movimentação do investimento para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 está demonstrada a seguir:

Investimento	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Reestruturação societária	Saldo em 31/12/2019
CPFL Meridional	131	(88)	-	-	-	281
CPFL Cone Sul	75	(98)	-	-	-	169
CPFL Brasil Varejista	1.603	676	-	-	-	3.586
Sul Geradora Participações	(44)	(110)	-	-	-	(154)
RGE SUL	405.750	69.110	(8.403)	(35.625)	-	430.832
	407.515	69.490	(8.403)	(35.625)	-	434.714

Investimento	Saldo em 31/12/2017	Equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e juros sobre capital próprio	Reestruturação societária	Saldo em 31/12/2018
CPFL Meridional	221	(90)	-	-	-	131
CPFL Cone Sul	200	(125)	-	-	-	75
CPFL Brasil Varejista	4.324	(2.428)	-	(294)	-	1.603
Sul Geradora Participações	41	(85)	-	-	-	(44)
RGE Sul	377.167	45.494	(879)	-	(16.032)	405.750
	381.953	42.766	(879)	(294)	(16.032)	407.515

10.2 Dividendos a Receber

A companhia possui saldos de dividendos a receber de R\$ 392 (R\$ 392 em 31 de dezembro de 2018) com a controlada CPFL Brasil Varejista.

(11) IMOBILIZADO

	Consolidado					Total
	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
Saldo em 31/12/2017	94	988	731	480	1.375	3.667
Custo histórico	102	2.931	3.341	5.317	1.375	13.066
Depreciação acumulada	(8)	(1.944)	(2.610)	(4.837)	-	(9.398)
Adições	-	-	-	-	457	457
Baixas	-	(2.729)	(318)	-	-	(3.047)
Transferências	42	67	622	17	(749)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	3.860	-	-	-	3.860
Depreciação	(4)	(392)	(278)	(47)	-	(721)
Baixa da depreciação	-	2.729	182	-	-	2.912
Reclassificações e transferências de/para outros ativos - depreciação	-	(3.860)	-	-	-	(3.860)
Saldo em 31/12/2018	133	663	940	449	1.083	3.268
Custo histórico	144	4.129	3.647	5.333	1.083	14.337
Depreciação acumulada	(12)	(3.466)	(2.706)	(4.884)	-	(11.068)
Adições	-	-	-	-	1.949	1.949
Transferências	341	170	248	-	(758)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	-	(21)	-	-	-	(20)
Depreciação	(12)	(328)	(241)	(46)	-	(628)
Saldo em 31/12/2019	461	484	947	403	2.273	4.569
Custo histórico	485	4.279	3.894	5.333	2.273	16.265
Depreciação acumulada	(24)	(3.795)	(2.948)	(4.930)	-	(11.697)
Taxa média de depreciação 2019	3,33%	15,46%	14,29%	6,25%	-	-
Taxa média de depreciação 2018	3,33%	15,86%	14,29%	6,25%	-	-

11.1 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2019 e 2018 não houve necessidade de provisão de recuperação.

(12) INTANGÍVEL

	Consolidado		Total
	Ágio	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2017	61	11.658	11.719
Custo histórico	98	33.056	33.154
Amortização acumulada	(37)	(21.398)	(21.435)
Adições	-	2.468	2.468
Amortização	-	(1.623)	(1.623)
Saldo em 31/12/2018	61	12.502	12.563
Custo histórico	98	35.524	35.622
Amortização acumulada	(37)	(23.022)	(23.059)
Adições	-	6.629	6.629
Amortização	-	(6.418)	(6.418)
Saldo em 31/12/2019	61	12.733	12.794
Custo histórico	98	42.173	42.271
Amortização acumulada	(37)	(29.439)	(29.476)

Outros ativos intangíveis - O saldo é composto basicamente por *softwares* adquiridos pela Companhia com vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano e tem sua recuperação analisada de acordo com o CPC 01 (R1) IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.

(13) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Encargos de serviço do sistema	-	-	66	79
Suprimento de energia elétrica	276.960	280.333	277.544	280.904
Materiais e serviços	8.513	4.504	8.577	4.581
Total	285.473	284.838	286.187	285.564
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	107.491	81.046	107.491	81.046
Total	107.491	81.046	107.491	81.046

(14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2018
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	469.579	103.000	(50.821)	13.953	78.435	(12.245)	601.901
Euro	-	45.000	-	107	2.140	(73)	47.174
Marcação a mercado	(12.248)	-	-	(7.405)	-	-	(19.653)
Total ao valor justo	457.330	148.000	(50.821)	6.655	80.575	(12.318)	629.423
Total	457.330	148.000	(50.821)	6.655	80.575	(12.318)	629.423
Circulante	47.836						153.070
Não Circulante	409.494						476.353

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	601.901	-	(102.710)	13.816	19.599	(15.499)	517.108
Euro	47.174	-	(47.004)	62	(136)	(96)	-
Marcação a mercado	(19.653)	-	-	14.291	-	-	(5.362)
Total ao valor justo	629.423	-	(149.714)	28.169	19.463	(15.595)	511.746
Total	629.423	-	(149.714)	28.169	19.463	(15.595)	511.746
Circulante	153.070						511.746
Não Circulante	476.353						-

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

	Encargos financeiros anuais	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantias
		31/12/2019	31/12/2018		
Mensuradas ao valor justo - moeda estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 2,3% a 4,18%	517.108	601.901	2019 a 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória
		<u>517.108</u>	<u>601.901</u>		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,42%	-	47.174	2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória
			<u>47.174</u>		
Marcação a mercado		(5.362)	(19.653)		
Total moeda estrangeira		<u>511.746</u>	<u>629.423</u>		
Total		<u>511.746</u>	<u>629.423</u>		

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com os CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 511.746 (R\$ 629.423 em 31 de dezembro de 2018).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2019 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 5.362 (ganho de R\$ 19.653 em 31 de dezembro de 2018), deduzidos das perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 4.399 (R\$ 19.238 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação cambial (nota 26), geraram um ganho líquido total de R\$ 963 (ganho total de R\$ 415 em 31 de dezembro de 2018).

Condições restritivas

Os empréstimos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Os índices exigidos são os seguintes: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA, para fins de apuração de *covenants*, a garantidora CPFL Energia leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

(15) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Consolidado					Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	
Mensuradas ao custo - pós fixado						
CDI	406.059	115.000	(400.000)	(887)	(1.514)	118.658
Gastos com emissão	(7.510)	(152)	-	2.883	-	(4.779)
Total	398.549	114.848	(400.000)	1.996	(1.514)	113.880
Circulante	6.059					928
Não Circulante	400.000					112.952

	Consolidado					Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	
Mensuradas ao custo - pós fixado						
CDI	118.658	325.000	(115.000)	4.511	-	333.169
Gastos com emissão	(4.779)	(518)	-	4.997	-	(300)
Total	113.880	324.482	(115.000)	9.508	-	332.869
Circulante	928					113.085
Não Circulante	112.952					219.784

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros a.a.	Consolidado		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2019	31/12/2018		
Mensuradas ao custo - pós fixado					
CDI	103,6% CDI	107.560	118.658	2020	Fiança da CPFL Energia
	108,25% CDI	225.609	-	2024	Fiança da CPFL Energia
	Gastos com emissão	(300)	(4.779)		
	Total Consolidado	332.869	113.880		
	Total				

Taxa efetiva:

(a) 106,82% do CDI

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com os CPC 48/IFRS 9, classificou suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>
2023	109.790
2024	109.994
Total	219.784

Principais adições no exercício

Modalidade Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
			Liberado em 2019	Liberado líquido dos gastos de emissão				
Moeda nacional - CDI								
CPFL Brasil	5ª emissão 1ª série	105.000	105.000	104.832	Semestral	parcela única em dezembro de 2019	103,6% do CDI	106,82% CDI
CPFL Brasil	5ª emissão 2ª série	220.000	220.000	219.650	Semestral	2 parcelas anuais a partir de janeiro de 2023	108,25% do CDI	109,06% CDI
			325.000	324.482				

Os recursos são destinados para os planos de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro das controladas.

Pré-pagamento:

No ano de 2019, foram liquidadas antecipadamente R\$ 115.000 de debêntures cujos vencimentos originais eram janeiro de 2020.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Os índices são os seguintes: i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75; e ii) EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, tais condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

(16) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	8.688	8.645	8.688	8.645
Programa de integração social - PIS	234	205	234	205
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.104	945	1.104	945
Outros	610	504	615	509
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	10.848	10.299	10.853	10.303
Total Circulante	10.848	10.299	10.853	10.303

(17) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Consumidores e concessionárias	3.504	-	-	-	3.504	-	-	-
Adiantamentos	9.256	8.167	27	9	9.306	8.217	27	9
Folha de pagamento	459	417	-	-	459	417	-	-
Participação nos lucros	6.911	5.897	1.201	886	6.911	5.897	1.201	886
Outros	743	830	2.507	1.831	743	830	2.507	1.831
Total	20.872	15.311	3.735	2.725	20.923	15.361	3.735	2.725

(18) PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	354	86	102	90
Cíveis	19	1	4	78
Fiscais				
Outras	2	443	6.615	383
	2	443	6.615	383
Total	376	531	6.720	552

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	102	252	(3)	(15)	20	354
Cíveis	4	2	(3)	12	3	19
Fiscais	6.615	1.172	-	(8.080)	295	2
Total	6.720	1.427	(6)	(8.083)	318	376

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas** - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- b. **Cíveis**
Danos pessoais - Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- c. **Fiscais**
Fiscais outros - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT, PIS e COFINS e ICMS (exclusão da base de cálculo de PIS e COFINS).
- d. **Outros:** A rubrica de outros são principalmente ações relacionadas à natureza regulatória.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi

constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estavam assim representadas:

	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	
Trabalhistas	155	101	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	1.692	18.415	Danos pessoais e impactos ambientais
Fiscais	154	260	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - outros	159.622	132.026	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	9.519	10.487	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	171.142	161.289	

No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da Justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(19) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, dividido em 3.000.065 ações ordinárias, sem valor nominal.

19.1 Reserva de lucro Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2019, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da CPFL Brasil permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 3,67 vezes o EBITDA em 2019, no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política do grupo é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.

19.2 Reserva de lucro

O saldo de R\$ 35.681 compreende o saldo das reservas: i) reserva legal de R\$ 600; ii) reserva de retenção de lucros para investimento de R\$ 5.380 e iii) reservas estatutárias de R\$ 29.701.

19.3 Distribuição de dividendo e juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na AGE de 09 de agosto de 2019, foi aprovado a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 82.000 e a declaração de juros sobre o capital próprio intermediários no montante de R\$ 1.940, líquidos de impostos, ambos imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2019.

Na AGE de 31 de dezembro de 2019, foi aprovada a declaração de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.200, líquidos de impostos, imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2019.

Em 2019 a Companhia efetuou o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 197.474.

19.4 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

Lucro líquido do exercício	109.090
Dividendos Intermediários	(52.000)
Juros sobre o capital próprio intermediários	(3.693)
Lucro líquido base para destinação	53.397
Dividendo adicional proposto	(53.397)

19.5 Lucro por ação - básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e em circulação durante os exercícios apresentados.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	109.090	91.502
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	3.000.065	3.000.065
Lucro por ação - básico	36,36	30,50
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	109.090	91.502
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis (*)	-	-
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	<u>109.090</u>	<u>91.502</u>
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	3.000.065	3.000.065
Lucro por ação - diluído	36,36	30,50

Nos exercícios de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação ou com efeito dilutivo, para os quais devesse considerar no cálculo do lucro por ação.

(20) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita de operações com energia elétrica				
Venda de energia	3.942.606	3.937.273	3.952.752	3.940.797
Outras receitas e rendas	549	22	549	22
Total da receita operacional bruta	3.943.154	3.937.295	3.953.301	3.940.820
Deduções da receita operacional				
ICMS	(116.051)	(96.726)	(116.504)	(96.778)
PIS	(62.453)	(62.711)	(62.613)	(62.768)
COFINS	(287.663)	(288.849)	(288.400)	(289.113)
	(466.167)	(448.286)	(467.517)	(448.659)
Receita operacional líquida	3.476.986	3.489.010	3.485.784	3.492.161

A receita de venda de energia elétrica reflete as operações com concessionárias, autorizadas e consumidores livres, sendo que em 2019 foram vendidos 18.996 GWh (19.097 GWh no consolidado) e em 2018 20.046 GWh (20.134 GWh no consolidado). As outras receitas operacionais, compreendem as receitas oriundas da descontração de energia por parte dos clientes no montante de R\$ 549 (R\$ 22 em 2018).

(21) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Energia comprada para revenda								
Energia de curto prazo	9	58	223	7.670	11	58	737	7.741
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	19.079	20.051	3.675.315	3.680.078	19.178	20.138	3.682.197	3.686.800
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(339.988)	(341.117)	-	-	(340.672)	(341.745)
Subtotal	19.088	20.109	3.335.551	3.346.632	19.189	20.197	3.342.262	3.352.796
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos de serviço do sistema - ESS	-	-	(14)	(17)	-	-	69	197
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	-	-	-	-	195	(253)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	1	2	-	-	(24)	5
Subtotal			(13)	(15)			240	(51)
Total			3.335.538	3.346.617			3.342.502	3.352.745

(22) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora											
	Custo de operação		Despesas operacionais								Total	
			Vendas		Gerais e administrativas		Outros					
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018		
Pessoal	14.233	11.653	(239)	1.152	17.882	19.826	-	-	-	-	31.876	32.631
Material	95	59	4	1	122	93	-	-	-	-	221	153
Serviços de terceiros	926	829	3	40	8.591	7.495	-	-	-	-	9.520	8.364
Outros	65	57	-	1	3.139	6.291	1.684	(942)	-	-	4.888	5.377
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	570	578	-	-	-	-	570	578
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	1.419	1.563	-	-	-	-	1.419	1.563
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	169	1.533	-	-	-	-	169	1.533
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	378	519	-	-	-	-	378	519
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	70	(942)	-	-	70	(942)
Outros	65	57	-	1	603	2.068	1.614	-	-	-	2.282	2.126
Total	15.318	12.596	(232)	1.194	29.735	33.676	1.684	(942)			46.505	46.524

	Consolidado											
	Custo com operação		Despesas Operacionais								Total	
			Vendas		Gerais e administrativas		Outros					
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018		
Pessoal	14.233	11.653	(239)	1.152	17.882	19.826	-	-	-	-	31.876	32.631
Material	95	59	4	1	122	93	-	-	-	-	221	153
Serviços de terceiros	926	829	3	40	9.242	8.135	-	-	-	-	10.171	9.004
Outros	65	57	-	1	3.170	6.281	1.695	(942)	-	-	4.930	5.397
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	582	587	-	-	-	-	582	587
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	1.419	1.563	-	-	-	-	1.419	1.563
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	188	1.534	-	-	-	-	188	1.534
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	378	519	-	-	-	-	378	519
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	70	(942)	-	-	70	(942)
Outros	65	57	-	1	603	2.078	1.625	-	-	-	2.293	2.136
Total	15.319	12.597	(232)	1.194	30.416	34.335	1.695	(942)			47.198	47.185

(23) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	13.533	10.682	13.672	10.812
Acréscimos e multas moratórias	2.017	2.402	2.047	2.436
Atualização de créditos fiscais	714	313	719	326
Atualização de depósitos judiciais	24	28	24	28
Juros sobre contratos de mútuo	226	72	-	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.567)	(2.142)	(1.581)	(2.162)
Liquidação financeira CCEE	16.177	29.368	16.318	29.630
Outros	2.082	4.861	2.081	4.860
Total	33.206	45.584	33.281	45.929
Despesas				
Encargos de dívidas	(43.880)	(38.033)	(43.880)	(38.033)
Atualizações monetárias e cambiais	(11.020)	(17.821)	(11.020)	(17.821)
Outros	(1.176)	(3.228)	(1.243)	(3.260)
Total	(56.075)	(59.084)	(56.142)	(59.115)
Resultado financeiro	(22.869)	(13.500)	(22.862)	(13.186)

A rubrica atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos com instrumentos derivativos sendo apurado um ganho no montante de R\$ 21.634 em 2019 (R\$ 51.530 em 2018), conforme detalhe na nota 26.2.

(24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.
- Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se à principalmente serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.
- Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

A controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício de 2019, foi de R\$ 5.329 (R\$ 6.777 em 2018). Este valor é composto por R\$ 4.460 (R\$ 6.556 em de 2018) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 182 (R\$ 207 em 2018) de benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo R\$ 687 (R\$ 13 em 2018), valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:

Empresas	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Campos Novos Energia S.A.	-	943	-	-	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	3.082	-	-	-	3.082	-	-	-
Campos Novos Energia S.A.	1.014	-	224	203	11.657	-	1.393	1.212
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	8.596	8.260	-	-	89.159	85.729
Foz do Chapecó Energia S.A.	1.773	-	-	-	20.881	-	-	-
Outras operações financeiras								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	378	415

Transações envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	13	-	7	-	-	-	121	61
CPFL Renováveis	125	-	48	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	221	309
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A	-	-	46	20	-	-	26	26
CPFL Renováveis	-	-	-	-	-	-	7	10
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	1.200	113.534	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	3	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	136	-	-	-	-	-
Campo dos Ventos I	-	7.864	-	-	-	-	-	-
Campo dos Ventos III	-	7.790	-	-	-	-	-	-
Campo dos Ventos V	-	7.870	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Dimas S.A.	-	9.351	-	-	-	-	-	-
São Benedito Energias S.A	-	7.676	-	-	-	-	-	-
Santa Mônica Energias S.A	-	8.706	-	-	-	-	-	-
Santa Úrsula Energias S.A	-	8.452	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Martinho SA	-	5.161	-	-	-	-	-	-
São Domingos Energias S.A	-	8.722	-	-	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	-	12.193	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	37	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	15	187	-	-	1.239	2.297
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	3	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	10	78	-	-	367	913
Compra e venda de energia e encargos								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	30	-	-	-	4.916	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	1.729	-	-	-	29.106	-
Companhia Jaguari de Energia	-	13	-	-	-	162	-	-
CPFL Sul Centr. Eléctr. Ltda	-	-	(3.649)	(2.291)	-	-	8.378	7.790
CPFL BIOENERGIA S/A	-	-	2.397	1.686	(123)	-	26.266	26.978
Paulista Lajeado Energia S.A.	29	522	-	-	2.427	2.442	-	-
CPFL Bio Ipê Ltda.	-	-	1.421	1.836	-	-	18.425	17.133
CPFL Bio Burity Ltda.	-	-	3.168	3.295	-	-	47.316	43.997
Campo dos Ventos I	-	-	1.993	1.920	-	-	22.208	21.418
Campo dos Ventos III	-	-	1.942	1.872	-	-	21.881	21.106
Campo dos Ventos V	-	-	1.907	1.838	-	-	21.391	20.569
Chimay Ltda	-	-	6.012	6.197	-	-	52.901	50.992
Mohini Ltda	-	-	(13.675)	(8.864)	-	-	46.182	44.515
Jayaditya Ltda	-	-	(10.288)	(6.241)	-	-	27.208	26.226
SPE Bio Alvorada S.A.	-	-	562	507	-	-	33.136	30.798
SPE Bio Coopcana S.A.	-	-	462	-	-	-	31.970	30.816
Ventos de Santo Dimas S.A.	-	-	1.764	1.735	-	-	28.870	27.366
São Benedito Energias S.A	-	904	1.607	1.599	-	-	26.791	25.886
Santa Mônica Energias S.A	-	-	1.565	1.481	-	-	25.918	25.072
Santa Úrsula Energias S.A	-	-	1.685	1.639	-	-	28.043	27.051
Ventos de São Martinho SA	-	-	840	846	-	-	14.087	13.675
São Domingos Energias S.A	-	-	1.403	1.243	-	-	21.552	20.985
CPFL Bio Ester Ltda.	-	-	2.339	1.827	-	-	13.879	13.364
CPFL Centrais Geradoras Ltda.	-	-	-	-	45	-	56	-
CPFL Renováveis	-	-	3.281	-	1.541	3.074	3.281	3.091
SPE Solar 1 Energia S.A	-	-	59	73	-	-	402	391
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	1.289	-	-	-	-	-
Outras operações financeiras								
Campo dos Ventos I	-	-	-	-	-	526	-	-
Campo dos Ventos III	-	-	-	-	-	521	-	-
Campo dos Ventos V	-	-	-	-	-	527	-	-
Ventos de Santo Dimas S.A.	-	-	-	-	-	626	-	-
São Benedito Energias S.A	-	-	-	-	-	574	-	-
Santa Mônica Energias S.A	-	-	-	-	-	583	-	-
Santa Úrsula Energias S.A	-	-	-	-	-	566	-	-
Ventos de São Martinho SA	-	-	-	-	-	345	-	-
São Domingos Energias S.A	-	-	-	-	-	584	-	-
CPFL Renováveis	-	-	-	-	2.082	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	13	-	-	-	-

(25) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	92.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	19.253
Garantia	Seguro Garantia	149.475
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	203.000
Total		463.728

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre a Companhia e suas controladas. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(26) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota explicativa	Categoria mensuração	Nível(*)	Controladora 31/12/2019		Consolidado 31/12/2019	
				Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	133.714	133.714	137.203	137.203
Derivativos	26	(a)	Nível 2	107.916	107.916	107.916	107.916
				241.630	241.630	245.119	245.119
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14(**)	(a)	Nível 2	511.746	511.746	511.746	511.746
Debêntures - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	332.869	329.381	332.869	329.381
				844.615	841.127	844.615	841.127

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 12.739 em 2019 (um ganho de R\$ 13.616 em 2018).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora; e
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) consumidores e concessionárias a pagar.

Adicionalmente, não houve em 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia e suas controladas possuem política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia e suas controladas possuem *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 14 e 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / Indexador dívida	Moeda / Indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
<i>Hedge</i> variação cambial									
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	107.916	-	107.916	112.314	(4.399)	US\$ + de 2,3% a 2,62%	105% a 107% do CDI	jun/19 a out/20	400.000
Total	107.916	-	107.916	112.314	(4.399)				
Circulante	107.916	-							
Não Circulante	-	-							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2017	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2018
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	15.676	76.076	-	91.752
Para dívidas não designadas a valor justo	-	(2.039)	2.039	-
Marcação a mercado (*)	(7.005)	(12.233)	-	(19.238)
	8.671	61.804	2.039	72.514

(*) Os efeitos no resultado de 2018 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são:

(i) perda de R\$ 12.233 para as dívidas designadas a valor justo.

Consolidado

	Saldo em 31/12/2018	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2019
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	91.752	20.562	-	112.314
Para dívidas não designadas a valor justo	-	-	-	-
Marcação a mercado (*)	(19.238)	14.839	-	(4.399)
	72.514	35.401	-	107.916

(*) Os efeitos no resultado de 2019 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 14.839 para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 14 e 15).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2018 e 2019, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2019	2018	2019	2018
Variação de taxas de juros	-	(2.039)	-	
Variação cambial	6.799	63.463	-	
Marcação a mercado	14.835	(11.933)	(1.549)	(4)
	21.634	49.490	(1.549)	(4)

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e SELIC), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Consolidado				
	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) - R\$ mil		
			Depreciação	Apreciação	Apreciação
Instrumentos financeiros passivos	(511.746)		(10.728)	119.890	250.509
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	513.896		10.773	(120.394)	(251.561)
	2.150	baixa dolar	45	(504)	(1.052)
Total	2.150		45	(504)	(1.052)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			45	(504)	(1.052)

(a) A taxa de cambio considerada em 31/12/2019 foi de R\$ 4,03 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 4,12 e a depreciação cambial de 2,10%, referente ao dólar em 31/12/2019.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Consolidado						
	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa) - R\$ mil			Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
			Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável		
Instrumentos financeiros ativos	136.087				6.178	7.723	9.268
Instrumentos financeiros passivos	(333.169)				(15.126)	(18.907)	(22.689)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(405.981)				(18.432)	(23.039)	(27.647)
	(603.063)	alta CDI	5,97%	4,54%	(27.380)	(34.223)	(41.068)
Total	(603.063)				(27.380)	(34.223)	(41.068)
Efeitos no resultado do período					(27.380)	(34.223)	(41.068)

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contratos - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos

foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2018 e 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

e) **Análise de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2019	Nota explicativa	Consolidado					Total
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	
Fornecedores	13	285.473	-	-	107.491	-	392.964
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	-	51.342	584.858	-	-	636.200
Debêntures - principal e encargos	15	2.406	-	5.297	350.359	27.333	385.395
Outros	17	3.605	101	-	-	-	3.504
Consumidores e concessionárias		3.605	(101)	-	-	-	3.504
Total		291.484	51.241	590.155	457.850	27.333	1.418.063

(27) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia estão relacionados a comercialização de energia elétrica.

Obrigações contratuais em 31/12/2019	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aluguéis	até 2 anos	23	6	99	-	29
Compra de energia (exceto Itaipu)	até 18 anos	2.736.696	28.244.511	1.816.162	6.812.450	14.189.759
Total		2.736.719	28.244.517	1.816.261	6.812.450	14.189.788

(28) GESTÃO DE RISCO

Os negócios da Companhia estão relacionados a comercialização de energia elétrica.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração da controladora CPFL Energia, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da Companhia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos na Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 26.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 26.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é gerenciado pelo segmento de comercialização através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações.

Risco de mercado das comercializadoras: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de variações nos preços que irão valorar as posições de sobras ou déficits de energia de seu portfólio no mercado livre, marcadas contra o preço de mercado da energia.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a

implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2019 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(29) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Outras transações		
Constituição de reserva com perdas com investimentos	-	16.139

(30) FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

30.1 Empréstimos e Financiamentos

De 1º de janeiro de 2020 até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia captou recursos através de empréstimos e financiamentos, com as seguintes condições e detalhes:

Liberação até fevereiro 2020	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação dos recursos	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Cláusula restritiva - covenant financeiro
Moeda estrangeiro - Lei 4131						
Dólar						
107.000	Semestral	Parcela única em fevereiro de 2023	Capital de Giro	USD + 1,83%	USD + 1,83%	*

DIRETORIA

**RICARDO MOTOYAMA DE
ALMEIDA**
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

QUAN GE
Diretor

NA ZHANG
Diretor

CONTABILIDADE

**MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO
MENDES**
Coordenador de Serviços
Contábeis
CT CRC 1SP251528/O-0



KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Acionistas da
CPFL Comercialização Brasil S.A.**

Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Comercialização Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Comercialização Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à

Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimentos em participações societárias registrados pelo método da equivalência patrimonial

Veja as notas explicativas 1 e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

A Companhia detém participação societária em uma distribuidora de energia de capital aberto avaliada pelo método de equivalência patrimonial e influência significativa. Essa investida registra estimativa contábil crítica relevante, relacionado ao reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada, que leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a qual envolve um alto nível de julgamento na sua avaliação, e que podem afetar o resultado da Companhia de forma relevante.

Devido à relevância do investimento e resultados desta investida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, assim como a mensuração da estimativa contábil desta investida envolver julgamento significativo e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas possam gerar nas demonstrações financeiras da investida e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos que este é um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Analisamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no desenvolvimento de tal estimativa, tais como índice de perdas técnicas e comerciais. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos pela Companhia com expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria,



inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 05 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0